
O Monitor de Angola

Nº2 , 2017

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição cobrirá:

Política: Eleições de 23 de agosto; presidente José Eduardo dos Santos não será candidato; será a eleição livre, transparente e exemplar?

Economia: Inflação; vice-presidente acusado de corrupção por Portugal; General Electric investirá um bilhão de dólares; Reino Unido fortalece cooperação econômica.

Direitos humanos: Angola é autoritária?; protestos dissolvidos e ativistas pela democracia presos; tragédia em estádio de futebol.

Ajuda e desenvolvimento: Influxo de refugiados vindos da RDC; pedidos para que o Reino Unido faça mais pela desminagem; Angola tem baixo índice de desenvolvimento humano.

Esta edição também está disponível em inglês.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor, envie os comentários para info@actsa.org.

Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA:

www.actsa.org

Política

Eleições ocorrerão no dia 23 de agosto

As eleições nacionais angolanas ocorrerão no dia 23 de agosto. A data para as eleições foi confirmada por decreto presidencial expedido no dia 25 de abril. A eleição definirá a composição da Assembleia Nacional. O partido que obter maior número de vagas no parlamento escolhe quem será o presidente. Antes das eleições, os partidos submetem uma lista nacional contendo todos os seus candidatos ao parlamento, com os números 1 e 2, automaticamente indicando os candidatos do partido à presidência. O nome e uma foto do candidato à presidência de cada partido são incluídos na cédula eleitoral, junto ao nome do partido e seu símbolo.

Nas últimas eleições nacionais, em 2012, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) obteve 72% dos votos, a União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) obteve 19%, a Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE) alcançou 6%, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) terminou com 1,13%, e o Partido da Renovação Social (PRS) obteve 1,7%. O comparecimento às urnas foi de 63% de um total de 9,8 milhões de eleitores. Embora a maioria dos observadores tenha entendido o resultado das eleições de 2012 como reflexo das preferências populares, vários problemas foram observados. A lista de eleitores não havia sido

publicada anteriormente à eleição e a mídia estatal foi vista como muito enviesada em favor do MPLA, que tinha todas as vantagens por ser o partido da situação.

Além dos partidos supracitados, o Tribunal Constitucional de Angola aprovou que mais três partidos concorram às eleições: a Aliança Patriótica Nacional, o Bloco Democrático e o Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola.

Angola terá um novo presidente

Angola terá um novo presidente, qualquer que seja o partido vencedor nas eleições de 23 de agosto. Durante transmissão pela televisão no dia 3 de fevereiro, José Eduardo dos Santos, presidente angolano desde 1979, confirmou que deixará o cargo após as eleições de agosto de 2017. Apesar de José Eduardo dos Santos deixar o cargo de presidente de Angola, foi confirmado que ele permanecerá como presidente do partido de situação, MPLA. Nesta posição, ele terá o poder de escolher candidatos a deputado e nomear postos de alto escalão nas forças militares e polícia.

José Eduardo dos Santos é o segundo mais longo chefe de Estado em exercício na África. O MPLA decidiu em dezembro que o seu vice-presidente e atual ministro da Defesa, João Manuel Gonçalves Lourenço, será o candidato a presidente nas eleições de agosto. No entanto, uma vez que isto ainda não havia sido confirmado pelo presidente, especulou-se se ele realmente será o candidato. Porém, o anúncio do presidente transmitido pela televisão, no início deste ano confirmou que o MPLA será liderado por João Manuel Gonçalves Lourenço durante as eleições.

Possível redução no número de eleitores

A atualização da lista de eleitores para as eleições foi finalizada. Ao todo, 9,3 milhões de pessoas foram registradas. Aparentemente houve uma redução no número de eleitores, se comparado ao pleito de 2012, quando havia 9,8 milhões de eleitores registrados. Alguns observadores expressaram dúvidas com relação à lista de eleitores de 2012 alegando que ela simplesmente incluiu eleitores das eleições anteriores, superestimando o eleitorado daquele ano.

As eleições serão justas, transparentes, pacíficas e exemplares?

O enviado especial do secretário-geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos, Said Djinnit, encorajou Angola a promover eleições justas, transparentes, pacíficas e exemplares. Said Djinnit afirmou que a ONU está disposta a auxiliar Angola a conseguir alcançar estes objetivos. O contexto da fala de Djinnit relaciona-se com as eleições na vizinha República Democrática do Congo (RDC) que deveriam ter ocorrido no ano passado e foram adiadas. A situação na RDC tem se deteriorado e existem preocupações com relação à situação no Burundi e na República Centro-Africana.

Partidos de oposição levantaram questões com relação às eleições angolanas. Alega-se que o processo de cadastro dos eleitores foi controlado politicamente, com funcionários responsáveis pelo cadastro reportando-se ao ministro do governo, Benito Sousa, número 2 na lista do MPLA que tornará-se vice-presidente caso o partido vença as eleições. Os partidos afirmam que um sistema paralelo de verificação dos votos é necessário. Também existem dúvidas se a mídia estatal será neutra ou dará muito mais destaque ao partido de situação que está no poder há 40 anos.

A União Europeia expressou disposição em apoiar o processo eleitoral angolano. Caso seja convidada, demonstrou interesse em considerar o envio de uma equipe de observadores para as eleições.

A maioria dos especialistas pensa que é muito provável que o MPLA vença as eleições. A oposição está dividida. O MPLA está no poder há mais de 40 anos e tem acesso a recursos do Estado. É possível que a maioria parlamentar do MPLA seja reduzida e alguns especialistas temem que o comparecimento às urnas possa reduzir-se ainda mais, em 2012 o comparecimento já havia sido menor que em 2008.

Quinze anos de paz

O dia 4 de abril de 2017 marcou os 15º aniversário da assinatura do acordo de paz em Luanda entre o governo angolano e a UNITA. O acordo foi firmado após o assassinato de Jonas Savimbi, do líder da UNITA, durante uma ofensiva de forças do governo na província de Moxico, em fevereiro de 2012. O acordo de paz de 4 de abril de 2002 foi o primeiro firmado em Angola, por partidos angolanos, sem mediação externa. A data atualmente é lembrada através de um feriado. A eleição de 2017 será a terceira desde o fim da guerra. Eleições locais ainda não foram realizadas. O contexto das duas primeiras eleições foi basicamente a rejeição ao retorno da guerra e de consolidação da paz. O contexto da eleição de 2017 será diferente, provavelmente mais focado em temas como o desenvolvimento, redução da pobreza e vulnerabilidade.

Angola e Itália assinam acordo para fomentar cooperação parlamentar

Em abril, durante visita à Itália, o presidente da Assembleia Nacional de Angola assinou um acordo para incrementar a cooperação entre as casas parlamentares dos dois países. Prevê-se que o acordo levará a uma aproximação, diálogo, trocas e compartilhamento de experiências parlamentares com foco na economia, segurança e direitos humanos.

Economia

A inflação está controlada?

O governo está confiante que a inflação está reduzindo e que irá atingir a marca de 16% de média anual, conforme previsto no orçamento. No final de 2016 a inflação era de 45%. Em março de 2017, a inflação estava caindo, mas ainda acima dos 30%. Em abril, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, durante pronunciamento em encontros do FMI e Banco Mundial em Washington, disse que a inflação estava desacelerando. Embora atualmente esteja muito acima dos 16%, ele espera que a meta será atingida, assim como o crescimento previsto de 2,1%. O FMI parece menos otimista. A economia angolana cresceu muito pouco em 2016. Os dados finais ainda são aguardados, mas estima-se que o crescimento fique entre 0,1% e 0,65%. A previsão do FMI de inflação para Angola em 2017 é de 20%, enquanto o crescimento estimado seja de 1,25%.

Vice-presidente acusado de corrupção em Portugal

Manuel Domingos Vicente, vice-presidente angolano, foi acusado de corrupção pelas autoridades portuguesas. Alega-se que ele ou pessoas agindo em seu nome pagou propina a um procurador português para interromper uma investigação sobre seus assuntos financeiros. O advogado de Manuel Domingos Vicente rejeitou completamente as alegações e disse que eles não foram informados que as denúncias poderão ser encaminhadas e que seu cliente não foi ouvido pelas autoridades portuguesas. Apesar de Manuel Vicente Domingos ser vice-presidente de Angola, ele não será o candidato do MPLA a vice-presidente nas eleições de agosto de 2017. Assume-se que seu período no governo encerrará após o pleito. O vice-presidente Manuel Domingos Vicente é ex-presidente da estatal petrolífera Sonangol.

Governo irá resgatar Projeto Baía de Luanda

O governo anunciou através de um decreto presidencial que irá oferecer um financiamento público de cerca de 380 milhões de dólares para auxiliar na requalificação da baía de Luanda. O projeto é uma parceria público-privada, ou seja, financiado por fontes públicas e privadas, apesar de especulações de que alguns dos investimentos privados sejam na realidade públicos, uma vez que a petrolífera estatal Sonangol é indicada como um dos principais investidores. O governo tem direito a parte desse empreendimento. O projeto tem evoluído de maneira mais lenta que o planejado e sem a ajuda governamental estava efetivamente paralisado.

General Electric investirá um bilhão de dólares em Angola

No final do mês de janeiro, em Luanda, o presidente executivo da General Electric (GE) anunciou que a empresa investirá um bilhão de dólares em Angola. Entre as áreas de investimento estão incluídos os transportes, a GE tem fornecido locomotivas e energia. A GE trabalhará com o governo angolano e seus parceiros para aumentar o fornecimento de eletricidade com meta de um gigawatt (GW) até o final de 2018. Apenas um terço dos angolanos atualmente tem acesso à eletricidade através do sistema de fornecimento de Angola. Não está claro por quanto tempo este investimento durará e quanto deste valor representa gastos adicionais, sendo que enquanto a GE investe em Angola, também vende seus produtos e serviços.

Reino Unido pretende fortalecer cooperação com Angola

Durante visita ocorrida em fevereiro, o ministro britânico para África, Tobias Ellwood, disse que o Reino Unido pretende fortalecer seus laços de cooperação com Angola. Ele afirmou que o Reino Unido deseja se basear no Memorando de Entendimento, assinado em 2016, que abarca relações políticas econômicas e comerciais. No final de março, o ministro falou no Fórum de Comércio e Investimento Reino Unido-Angola que o Reino Unido aumentou em 50% os limites de financiamento para empresas britânicas investirem em Angola, passando de 500 milhões de libras pra 750 milhões. O objetivo é auxiliar as empresas britânicas a ganharem contratos em Angola e permitir que compradores angolanos ganhem acesso a financiamentos britânicos. A enviada especial do primeiro-ministro britânico, baronesa Northover, visitou o país diversas vezes.

Direitos Humanos

Angola é autoritária, afirma a revista The Economist

Angola ficou na 130ª posição entre 167 países no Índice de Democracia de 2016 da revista The Economist.

A RDC ficou com a pior posição entre os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), terminando na 159ª posição entre os 167 países avaliados. A Suazilândia ficou na posição 142 e o Zimbábue, 140. O Botsuana foi o país da região que ficou mais bem colocado, na 27ª posição, enquanto a África do Sul ficou em 39ª. A revista The Economist utiliza quatro categorias para sua classificação de países: democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido e regime autoritário. Na África austral, Angola, Zimbábue, Suazilândia e RDC foram todas categorizadas como autoritárias.

Ativistas pela democracia presos; protestos dissolvidos à força

Em abril, sete pessoas foram presas durante uma manifestação em Luanda que pedia eleições livres e justas. Elas foram acusadas de rebelião e condenadas a 45 dias de prisão. Grupos pelos direitos humanos e outras organizações temem que no período próximo às eleições de agosto poderá haver um aumento da repressão contra manifestações e dissidentes.

Em fevereiro, uma manifestação que denunciava uma manipulação política do processo eleitoral foi dispersada à força. Há relatos de testemunhas e evidências gravadas em vídeos que mostram a polícia usando cassetetes e cães para dissolver o protesto que, de acordo com as fontes, corria pacificamente. A organização Human Rights Watch pede que o incidente seja investigado.

Há receios de que ao aproximar-se do período eleitoral aumente a repressão contra qualquer atividade vista como ameaça à ordem pública ou que desafie o governo, mesmo que completamente pacíficas.

“Constantemente temos visto a polícia angolana usar força desnecessária e excessiva contra manifestantes pacíficos”, disse Deprose Muchena, diretor da Anistia Internacional para a África austral.

“O direito de protestar é protegido tanto pela constituição quanto por leis internacionais”, disse Dewa Mavhinga, diretor da Human Rights Watch para a África Austral.

Dezessete mortos em tragédia em estádio de futebol

No dia 10 de fevereiro, 17 pessoas morreram em um estádio de futebol em Uíge. A partida entre Santa Rita de Cássia e Recreativo do Libolo havia iniciado e um gol marcado. Informações dão conta de que isso levou a um tumulto que incluiu as pessoas que ainda tentavam entrar no estádio, resultando em muitas pessoas feridas e pelo menos 17 mortos. Há informações que vários mortos são crianças.

Assistência e Desenvolvimento

Conflitos e tensão crescente na RDC causa aumento no número de refugiados

Devido à intensificação do conflito na RDC, ao menos 15 mil cidadãos do país buscaram refúgio em Angola nos últimos meses. Acredita-se que o número de 15 mil seja somente para a província Luanda Norte. Entre 300 e 400 refugiados chegam todos os dias. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), espera-se que nos próximos meses entre 30 e 40 mil outros refugiados cheguem a Angola. A ACNUR está fazendo um apelo para obtenção de assistência que possibilite o fornecimento de acomodação, colchões, água e utensílios de cozinha para os refugiados. O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, falou sobre a situação na RDC, “O quadro não é muito bom. O Congo está instável e já criou 15 mil refugiados que entraram em território angolano”.

Reino Unido deveria fazer mais para ajudar na desminagem de Angola

Esta foi a forte mensagem que emergiu em um encontro nas Casas do Parlamento britânico em abril. O encontro foi organizado pelo Grupo Parlamentar Conjunto de Todos os Partidos Britânicos (APPG) para Angola e pela Chatham House e contou com a presença do embaixador angolano no Reino Unido, Miguel Gaspar Fernandes Neto, a embaixadora americana em Angola, Helen Meagher La Lime, o diretor do programa para a África da Chatham House, Dr. Alex Vines, o diretor de políticas do Mines Advisory Group (MAG), Chris Loughron, e a Dr. Sarah Njeri da Leeds Trinity University. Estimativas

sugerem que um terço do país já foi liberado das minas, porém ainda há um longo caminho para que se alcance o objetivo do Tratado de Ottawa de alcançar o status de livre de minas até 2025. Moçambique alcançou este objetivo em 2015.

Há progressos na remoção e desativação de minas. O embaixador angolano no Reino Unido informou que mais de dez mil minas já foram removidas. Os participantes do encontro avaliaram positivamente os crescentes esforços colaborativos das várias organizações envolvidas na desminagem de Angola. Porém, alguns participantes observaram que a desminagem financiada por Angola tem focado predominantemente em áreas-chave para a infraestrutura e de importância estratégica, enquanto que a desminagem em áreas rurais tem sido relegada a organizações como a HALO Trust, a MAG e a Norwegian People's Aid. Estas organizações têm sofrido profundamente os cortes de financiamento resultado da redução do apoio da comunidade internacional a Angola.

A desminagem de áreas rurais foi identificada como de grande importância para melhorar a qualidade de vida da população rural pobre de Angola e ajudar o país a realizar seu potencial agrícola que, por sua vez, ajudaria na diversificação econômica do país.

O Dr. Alex Vines disse que Angola apresenta um “ambiente favorável” para a desminagem, já que o retorno dos conflitos é extremamente improvável e as comunidades recentemente desminadas estão rapidamente colhendo os frutos de uma terra livre de minas terrestres. Ademais, foi dito que os grupos de desminagem são robustos e que, caso haja um aumento do financiamento, seus trabalhadores estão prontos para continuar a atuar.

O ministério das Relações Exteriores britânico recentemente prometeu disponibilizar 50 mil libras para a HALO Trust desempenhar trabalhos de desminagem e, em 2016, forneceram uma pequena ajuda financeira para um projeto japonês de desminagem implementado através da Norwegian People's Aid (NPA). Contudo, o Reino Unido encerrou a ajuda bilateral para Angola em 2011. Recentemente, porém, o Reino Unido anunciou garantir 100 milhões de libras para ações contra minas terrestre no mundo pelos próximos três anos. O receio expressado foi de que no momento Angola não é contemplada para receber parte deste recurso prometido para desminagem. Participantes do encontro clamaram para que o governo britânico considere aumentar o auxílio para os trabalhos de desminagem em Angola e ajude o país a tornar-se livre das minas terrestre até 2025, ou antes.

Angola apresenta baixo índice de desenvolvimento humano

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016 publicado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) no final de março de 2017 ainda classifica Angola como um país de baixo desenvolvimento humano. O país ficou na 150ª posição entre 188 países. Moçambique ficou na pior posição entre os países da África austral, na 181ª posição. A RDC ficou na 176ª posição, Zimbábue na 154ª, Zâmbia na 139ª e a Namíbia na 125ª posição. O governo destacou que Angola esteve efetivamente em guerra por mais de 40 anos, desde o período anterior à sua independência até 2002 e que o país ainda está lidando com o legado negativo da guerra. Críticos apontam que o país está em paz por 15 anos e Angola possui reservas consideráveis de petróleo, gás e riquezas minerais, além de ter apresentado até recentemente taxas de crescimento de 8%. Destacam, porém, que a infraestrutura do país tem melhorado. Angola ainda tem uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do mundo, se não a mais alta, e muitos angolanos continuam sem acesso a água potável e condições sanitárias básicas. Ademais, serviços de saúde e educação permanecem precários. Muitos analistas não esperam que os valores do petróleo retomem os preços de alguns anos atrás, fazendo com que Angola precise fazer mais para reduzir a pobreza e desigualdade com menos recursos.

Angola apoia campanha da ONU Mulheres pela igualdade de gênero

A Assembleia Nacional de Angola endossou a campanha “He for She” (Eles por elas, tradução livre) da ONU Mulheres pela igualdade de gênero. O objetivo da campanha é encorajar as pessoas a se engajarem ativamente para tornar realidade a igualdade de gênero, principalmente a partir da participação masculina. Angola tem mais mulheres no parlamento que a maioria dos países, 38%. Porém, ainda há considerável discriminação institucional contra as mulheres. A campanha promovida pela ONU Mulheres tem pouca participação de pessoas de Angola. Isto, em parte, pode ser reflexo do baixo conhecimento da população sobre a campanha devido à ausência ou acesso limitado à internet.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.